



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

GP 532/2022

Itanhaém, 24 de agosto de 2022.

Senhor Presidente,

Em atenção aos termos do Requerimento nº 196, de 2022, de autoria do ilustre Vereador Lucas Gabriel Setubal Abbasi, junto ao presente estou encaminhando a essa Egrégia Casa Legislativa as informações prestadas pelo Departamento da Agricultura, órgão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Sem outro particular, renovo a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Atenciosamente,

TIAGO RODRIGUES CERVANTES
Prefeito Municipal

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador Silvio Cesar de Oliveira
DD. Presidente da Câmara Municipal de Itanhaém

1
OF. GP. n.º 203/2022
CMI PLOT. 1958/2022 25/08/2022 às 10h56min



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Departamento de Agricultura

Memorando Interno

Nº 32/2022

Data: 22/08/2022

Para: Secretaria de Relações institucionais	Sr. Renato Lancellotti
De: Deptº de Agricultura	Sra. Thaís Muraro

RESPOSTA AO REQUERIMENTO 196/2022

- **Há possibilidade de iniciar estudos objetivando a implementação de um plano Municipal de Desenvolvimento de Pesca e Aquicultura?**

Há dentro do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável a análise das cadeias produtivas, onde a pesca de interior e marítima está contemplada .

Entre as cadeias do conselho municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, a pesca sempre esteve presente através da representação da Colônia Z13.

A sugestão seria contratar um profissional ligado à pesca (Engenheiro de Pesca), para que tecnicamente a cadeia estivesse mais assistida.

Como em outros municípios da baixada e litoral norte a cadeia pesqueira é atendida pelos técnicos do Departamento de Agricultura, que poderia passar a ser denominado Departamento de Agricultura e Pesca.

- **Em caso positivo, qual seria a estimativa para o início dos trabalhos?**

Já há muitos trabalhos sendo realizados na área pesqueira, como emissão de DAP's (Declaração de Aptidão ao Pronaf), orientações sobre legislação, formalização através do talão de Notas Fiscais do Produtor (o mesmo dos agricultores familiares), acompanhamento de praças de comercialização de pescado (guará, Baixio, Prainha, Cibratel).

Auxílio no processo de renovação de RGP para os inscritos no programa Mar sem Lixo (Parceria da Prefeitura Municipal com a iniciativa Fundação Florestal, somente em 04 municípios da costa paulista. Esse programa remunera pescadores através de um cartão de alimentação, para materiais trazidos de mar aberto ou rios).

Acompanhamento de documentação e qualidade do pescado entregues no programa PAA Municipal (agora PBA) do Banco de Alimentos de Itanhaém.

- **Há a possibilidade de criação de um Comitê Técnico intersetorial para tratativas da matéria em comento e avaliação das ações pretendidas.**

É normativa interna do Departamento de Agricultura trabalhar em interação com toda Rede Sociotécnica envolvida nas diferentes cadeias de produção.

Somos parceiros do Instituto de Pesca, APA Marinha, Câmara Temática de Agropecuária, pesca e Economia Solidária da AGEM, Instituto Biopesca.

- **Qual a possibilidade de implantação de uma Central de Rastreamento de Embarcações Pesqueira, notadamente na saída da Barra do Rio Itanhaém?**

Pelo poder público é uma possibilidade remota, visto que esse tipo de atribuição compete à Marinha e Capitania dos Portos, o que tem sido feito é uma articulação com os referidos órgãos competentes para que se instale uma unidade da capitania em Itanhaém.

- **Qual a possibilidade de criação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura do Município de Itanhaém, órgão deliberativo e colegiado...**

Há somente um órgão de representação dos pescadores constituído no município de Itanhaém, que é a Colônia Z13, o que por si só não justifica a criação de um conselho exclusivo, visto que seriam muito mais entes públicos de representação (PMI, APA MARINHA, Instituto de Pesca) em comparação com a sociedade civil.

Há necessidade de maior articulação entre pescadores e colônia para que suas demandas sejam trazidas como pautas nas reuniões.

- **Qual a possibilidade de parcerias com entidades e órgãos pertinentes para a realização de pesquisas técnicas e científicas para o ordenamento pesqueiro participativo?**

Atualmente já existe um grupo de trabalho debruçado sobre o desenvolvimento de uma proposta de ordenamento costeiro, onde a atividade da pesca está presente, principalmente pela questão do trânsito de embarcações e atracadouros, onde depois de enviada pelo executivo ao legislativo, haverá a realização de audiência pública para debater o assunto com o público interessado.

Os órgãos e entidades competentes fazem parte desse grupo de estudo.

- **A ausência de políticas públicas específicas no município voltadas a gestão e desenvolvimento da pesca e aquicultura e de conscientização sobre o tema deixa a questão ambiental desassistidas...**

Há o que se aprimorar em políticas públicas sempre, mas os pescadores que estão devidamente documentados tem a possibilidade de acessar o financiamento da Linha do PRONAF para linhas de investimento e custeio na pesca com juros baixíssimos (3 a 5% ao ano).

Há também o seguro defeso que protege a renda do pescador nos meses em que a pesca das espécies pescadas está proibida.

Há também possibilidade de pequenos investimentos através do Banco do Povo.

O Banco de alimentos adquire peixes para doação simultânea aos beneficiários , através do PBA/Paa, no limite de R\$12.000,00/ ano.

O projeto da UBP “ Unidade de Beneficiamento de Pescado”, é uma iniciativa já premiada, que passa por reavaliação de custo de instalação em projeto a ser enviado ao MAPA, Secretaria de Aquicultura e Pesca. Onde o pescado será mecanicamente separado permitindo o fornecimento de peixe à alimentação escolar.

Informações prestadas por:

Thaís Muraro
Depto de Agricultura